

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Senadores se acorrentaram no plenário

Oposição se compara a Glauber Braga

Nas conversas que tiveram esta semana com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre, os parlamentares da oposição mais à direita usaram da seguinte comparação para justificar o que fizeram nos dois dias de “greve” em que ocuparam os dois plenários do Congresso: fizeram, segundo eles, o mesmo que fez o

deputado Glauber Braga (Psol-RJ) em abril, quando ocupou o plenário do Conselho de Ética. Se fizeram uma obstrução física, argumentam, foi também uma obstrução física o que fez Glauber na sua greve de fome. Trata-se de uma comparação desproporcional. A atitude de Glauber foi solitária, e ele colocou sua saúde em risco quando ficou nove dias sem comer.

Extremos

Os deputados e senadores de extrema-direita, assim, não acham que tenham feito nada de errado ou excessivo. Argumentam que são “tempos extremos”. E “tempos extremos” justificariam medidas extremas. Na cabeça deles, foi o que fez Glauber Braga.

Sucesso

Na ocasião, avaliam, a medida extrema de Glauber conferiu sucesso a ele. Hugo Motta negociou e ele deixou o plenário do Conselho de Ética e encerrou sua greve de fome. Agora, acham que ou obtiveram também sucesso ou voltarão a fazer algo parecido.



Glauber fez o mesmo, diz oposição

Ninguém quer uma guerra civil, dizem os oposicionistas

É grave o que dizem esses deputados e senadores nos bastidores. “Ninguém quer uma guerra civil”, disse ao Correio Político um dos interlocutores. Mas acham que têm respaldo da sociedade para esticar a corda por avaliarem que se estica também a corda do outro lado. Segundo esse interlocutor, a intenção é de diálogo. Mas de

diálogo no termo em que colocam. Ou seja: acreditam que, agora, Hugo Motta levará à Câmara o projeto de anistia e Alcolumbre acabará cedendo no Senado com o impeachment de Alexandre de Moraes. Do contrário, novas correntes, esparadrapos na boca e coisas parecidas podem voltar a acontecer.

Respaldo

É difícil medir a essa altura o tamanho do respaldo político que o grupo mais à direita tem no Congresso. As ocupações irritaram tanto Hugo Motta quanto Davi Alcolumbre. Motta parece estar mais propenso a negociar se houver maioria para a anistia. Alcolumbre, não.

Moraes

Quanto a Moraes, apesar da obtenção das 41 assinaturas para o processo de impeachment, a disposição não é a mesma. E aí pode entrar em ação uma turma de bombeiros. Entre eles, um nome pode ser o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI).

Do Val

No caso de Alcolumbre, a disposição de acordo seria somente no caso do senador Marcos do Val (Podemos-ES). Alcolumbre aceitou negociar com o STF a retirada da tornozeleira e demais restrições em troca de levar do Val ao Conselho de Ética e dar a ele uma suspensão.

Ciro

Ciro disse que não assinaria o pedido de impeachment. Recebeu, em troca, o ódio do pastor Silas Malafaia. Ao mesmo tempo, o senador afirma que não cabe aos presidentes do Congresso irem contra a vontade da maioria dos parlamentares. Tempos extremos...

Após “greve” da oposição, Congresso retorna

Senado e Câmara conseguiram fazer sessões nos plenários

Por Gabriela Gallo

Após dois dias intensos e atípicos no poder Legislativo, parlamentares da oposição desobstruíram as Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado, retomando oficialmente as atividades legislativas. Nesta quinta-feira (7), os plenários de ambas as Casas do Congresso Nacional realizaram a primeira sessão oficial após o recesso de meio de ano, e aprovaram os projetos previstos na Ordem do Dia. Os congressistas oposicionistas que ocupavam os plenários encerraram as “greves após as reuniões de líderes com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

No Senado, inicialmente estava prevista uma sessão em plenário virtual nesta quinta-feira. Porém, pouco antes da sessão, a oposição desobstruiu a Mesa Diretora da Casa, permitindo que a sessão no plenário fosse realizada. Uma moeda de troca que Alcolumbre propôs para os senadores da oposição é que ele recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o uso de tornozeleira eletrônica e outras medidas cautelares impostas ao senador Marcos do Val (Podemos-ES). A proposta é que o Supremo flexibilize as medidas cautelares e o Senado suspenda o mandato de do Val por seis meses.

Forma ativa

Antes da sessão, durante uma entrevista coletiva de parlamentares da oposição logo após desocuparem o plenário,



Depois de Motta, Alcolumbre retomou o plenário do Senado

os senadores presentes destacaram que a oposição seguirá com uma atuação “de forma ativa” nas votações e decisões da Casa, especialmente nas pautas que julgam prioritárias: a anistia ampla e irrestrita aos investigados pelos atos de 8 de janeiro de 2023 e o fim do foro privilegiado. Os senadores também exigem o impeachment do ministro do STF Alexandre de Moraes, mas para isso não houve qualquer aceno de Alcolumbre.

Durante a sessão no plenário do Senado, os senadores aprovaram o Projeto de Lei (PL) nº 2.692/2025 que isenta o pagamento do Imposto de Renda para Pessoa Física (IRPF) para quem ganha até dois salários-mínimos (atualmente, R\$ 3.036). Aprovado

anteriormente na Câmara, o texto segue para sanção presidencial. O projeto era a principal preocupação da base governista, já que o texto substitui a Medida Provisória (MP) 1.294/2025, que tinha validade até próxima segunda-feira (11). Com o prazo apertado, as emendas propostas ao PL foram rejeitadas porque resultaria no retorno do texto para a Câmara dos Deputados e poderia perder o prazo vigente.

Câmara

Do outro lado do Congresso, após um longo embate e tensão entre deputados federais para desobstruir o plenário, a Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória 1296/2025 que cria o Programa de Gerenciamento de Be-

nefícios (PGB) que determina um pagamento extra para servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Ministério da Previdência Social na análise e perícia em processos de revisão e reavaliação de benefícios previdenciários e assistenciais. A medida visa incentivar os trabalhadores do setor e oferecerá os valores de R\$ 68 ou R\$ 75 por processo revisado ao servidor que aderir ao programa. A medida segue para apreciação no Senado e, se aprovado, o programa terá validade até abril de 2026, podendo ser prorrogado até dezembro do ano que vem.

A reabertura dos trabalhos na Câmara deixou em dúvida se, nas próximas sessões, Hugo Motta pautará os projetos de exigência da oposição.

Moraes autoriza autoridades a visitarem Jair Bolsonaro

Por Gabriela Gallo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes autorizou que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que está em prisão domiciliar em sua residência no Distrito Federal, receba visitas de uma série de autoridades. Em um despacho publicado nesta quinta-feira (7), o magistrado permitiu a visita do governador de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos) na quinta-feira. Nesta sexta-feira (8), é a data autorizada para uma visita da vice-governadora do DF Celina Leão (PP). Todos os autorizados podem visitar Jair Bolsonaro em sua casa das 10h às 18h. Moraes ainda determina que os visitantes deverão cumprir as determinações legais e judiciais impostas a Bolsonaro, como a proibição do uso de celulares, tirar fotos e gravar vídeos.

Também estão agendadas visitas dos deputados federais Junio Amaral (PL-MG) e Marcelo Moraes (PL-RS) para esta segunda (11) e terça-feiras (12). Além deles, o empresário Renato de Araújo Corrêa – que concorreu à prefeitura de Angra dos Reis (RJ) com o apadrinhamento de Jair Bolsonaro – pode visitá-lo na quarta-feira (13) e o líder da oposição da Câmara dos Deputados, Luciano Zucco (PL-RS), tem autorização para vê-lo na quinta-feira (14).

Na quarta-feira (6), o ministro do STF já havia autorizado as visitas dos filhos do réu



Tarcísio (em foto de 2020) visitou Bolsonaro

– o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e os vereadores do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (PL) e de Balneário Camboriú (SC) Jair Renan (PL) – além de “cunhadas, netas e netos do custodiado”.

Entenda

Jair Bolsonaro é réu por supostamente integrar o principal grupo de um plano de tentativa de golpe de Estado. Além do golpe para manter o ex-presidente da República no poder, também previa os assassinatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e o próprio Alexandre de Moraes, que na época era presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Bolsonaro e os outros sete réus que compõem o núcleo principal desse plano passaram pelo período de interrogatório e devem ter o processo judicial encerrado em setembro. No dia 18 de julho, Alexandre de Moraes, ministro-relator do caso no STF, determinou que Bolsonaro usasse tornozeleira eletrônica e cumpriisse uma série de medidas cautelares, dentre elas, ele estava proibido de usar redes sociais por ele próprio e pelo intermédio de terceiros. A medida foi aplicada para impedir que Bolsonaro tentasse fugir, já que em 2024 ele já buscou abrigo na Embaixada a Hungria. Após desentendimentos entre um despacho de Moraes e a defesa de Bolsonaro, Moraes destacou que ele pode-

ria conceder entrevistas, mas esta não deveria circular nas redes sociais.

No dia 3 de julho, durante manifestação pró Bolsonaro em Copacabana, o ex-presidente cumprimentou aliados por uma chamada de vídeo e o conteúdo foi compartilhado nas redes sociais dos filhos do ex-presidente. A medida foi julgada como descumprimento das medidas cautelares, tanto pelos vídeos como postagens que pediam mais seguidores para as redes sociais de Bolsonaro.

Impasses

Ao Correio da Manhã, o professor de Direito Penal do IbmeC Brasília Tedney Moreira avaliou que a decretação da prisão domiciliar, “se justificada sob a alegação de descumprimento das restrições anteriormente impostas pelo uso de tornozeleira eletrônica”, causa alguns impasses no Judiciário. “O primeiro é que a medida foi adotada de ofício pelo ministro Alexandre de Moraes, sem, portanto, solicitação da Polícia Federal [PF] ou da Procuradoria-Geral da República [PGR], alimentando-se a narrativa de perseguição política, contra a qual o próprio ministro se coloca”, diz o advogado.

“Em segundo lugar, não há previsão da prisão domiciliar como espécie autônoma de prisão, mas como alternativa a esta depois de aplicada, em casos específicos, faltando-lhe, portanto, uma fundamentação jurídica neste aspecto”, explicou o professor à reportagem.